



Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do BTG Pactual e do FGV
IBRE e doutor em economia

banrisul

Números do PIB refletem o ciclo eleitoral

Impulso fiscal faz economia testar os limites de sua capacidade produtiva

A economia cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2026 ante o quarto trimestre do ano passado. A forte expansão contrasta com três trimestres em que a economia avançou, respectivamente, 0,3%, 0,1% e 0,3%. A desaceleração acentuada do segundo até o quarto trimestre do ano passado resultou da política monetária muito contracionista e, sobretudo, da política fiscal contracionista em 2025, especialmente no segundo semestre.

O investimento surpreendeu e cresceu 3,5% no primeiro trimestre, e a construção civil, que caminha com o investimento, também surpreendeu e cresceu 2,9%. A indústria de transformação não foi bem e cresceu somen-

te 0,1%. A política monetária, com o encarecimento do crédito, tem afetado a venda de bens de consumo durável, enquanto a reativação do programa Minha Casa, Minha Vida explica parte do bom comportamento do investimento. A Fazenda espera reativar a indústria de transformação com os estímulos à renovação da frota de caminhões, táxis e veículos de aplicativos com os R\$ 30 bilhões do programa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Move Brasil.

Em ano eleitoral, é natural que o gasto primário cresça. O governo, independentemente da orientação ideológica, estimula a economia esperando dividendos eleitorais. Não tem sido di-

ferente em 2026. O gasto primário real, que em 2025 cresceu somente 1,5%, deverá avançar 5% em 2026. Adicionalmente, os empréstimos dos bancos públicos aceleraram-se bastante na virada de 2025 para 2026.

O nível da economia nos últimos três trimestres tem se mantido 1,8% acima do observado no mesmo período do ano anterior. Com a economia mais forte no primeiro semestre, provavelmente o crescimento de 2026 sobre 2025 deverá fechar em 2% ou até um pouco acima. A economia crescerá em 2026 acima do potencial e, portanto, a taxa de desemprego não deverá se elevar. Após uma consistente redução da inflação de serviços nos últimos

12 meses, passaremos a ter inflação de serviços em aceleração.

Um sinal de que o crescimento no primeiro trimestre de 2026 ocorre com uma economia que testa os limites de sua capacidade produtiva é que a quantidade exportada se reduziu no trimestre e a quantidade importada elevou-se.

O choque de preços com a guerra no Irã e a economia mais pressionada, em razão do impulso fiscal do ano eleitoral, sinalizam que a inflação será aproximadamente um ponto percentual maior do que se imaginava ao final do ano. Desse aumento, 3/5 devem-se à guerra e 2/5 à maior força da economia. Ambas as surpresas indicam que o Banco

Central terá menos espaço para reduzir juros em 2026.

Navegaremos 2026 com juros elevados e com condições financeiras do setor privado, principalmente das pequenas e médias empresas, em contínua deterioração. A onda de recuperações judiciais não diminuirá neste ano. Os seguidos programas de refinanciamento das dívidas das famílias, os dois programas Desenrola, do governo federal, geram algum alívio momentâneo e empurram para o futuro os problemas financeiros das famílias.

Em algum momento após as eleições, haverá moderação do crescimento do gasto público e os juros ainda continuarão elevados, pois a inflação continuará muito acima da meta e ainda crescente. O momento da reversão cíclica terá chegado. Não será 2015, mas será pior do que se imaginava há seis meses.

Dívida
pesando
ou caixa
apertado?

Com o **Desenrola Brasil** no Banrisul, você encontra formas de reorganizar as finanças e seguir em frente, seja pessoa física ou empresa.



banrisul

NOVO
**DESENROLA
BRASIL**
SAC 0800 646 1515
Ouvidoria 0800 644 2200

Pacote dos combustíveis deu fôlego às companhias aéreas, diz ministro de Portos e Aeroportos

/ AVIAÇÃO

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, disse nesta terça-feira que o governo federal não teve responsabilidade pelo aumento dos preços dos combustíveis e atribuiu a alta a fatores geopolíticos relacionados ao conflito entre Estados Unidos e Irã. Segundo ele, as medidas adotadas pela União ajudaram a reduzir os impactos do encarecimento do querosene de aviação (QAV) sobre as companhias aéreas e os passageiros.

“Não houve nenhuma medida do governo do Brasil no sentido de gerar o aumento do custo do combustível ... Com as medidas que anunciamos para auxiliar ao setor, as companhias aéreas tivessem um fôlego durante esse período do aumento do combustível e não tivessem um impacto tão significativo no custo da sua operação”, afirmou o ministro em entrevista ao progra-



Governo federal atribui alta nos combustíveis a fatores geopolíticos

ma Bom dia, Ministro, da EBC.

Franca destacou que o governo adotou uma série de medidas para amenizar os efeitos da alta dos custos operacionais das empresas aéreas. Entre elas, citou a redução de tributos sobre o QAV, o adiamento do pagamento das tarifas de navegação aérea cobradas

pela Força Aérea Brasileira (FAB) e a disponibilização de uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão para as companhias do setor.

“Nós fizemos o adiamento das tarifas do mês de março e de abril, e agora prorrogamos os meses de maio e junho, para que elas pudessem ser pagas somente em

dezembro, de modo que as companhias aéreas tivessem um fôlego durante esse período do aumento do combustível”, disse.

De acordo com o ministro, os financiamentos foram destinados principalmente para capital de giro e compra de combustível. Ele observou que o combustível representa cerca de 40% dos custos operacionais das empresas aéreas.

Franca avaliou que as iniciativas permitiram preservar a expansão do transporte aéreo no País. “Isso fez com que nós tivéssemos uma manutenção da curva de crescimento do número de passageiros no Brasil”, afirmou.

Segundo o ministro, o número de passageiros transportados passou de cerca de 98 milhões em 2023 para 130 milhões em 2025, o que representa a entrada de aproximadamente 30 milhões de novos passageiros no sistema aéreo brasileiro.

Regulação para baterias no setor elétrico avança

/ ENERGIA

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira as bases regulatórias iniciais para a entrada de baterias no sistema elétrico. Pelo encaminhamento dado, a chamada “dupla cobrança” só será afastada para os empreendedores que optarem por ser integralmente despachados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Ou seja, com carregamento ou descarregamento controlado pelo Operador.

Nesse caso, a tarifa de uso da rede será cobrada apenas na fase de descarregamento das baterias (injeção de energia), evitando a dupla tarifação com uma eventual cobrança também no carregamento (consumo). Em contrapartida, os empreendedores autônomos, que não serão despachados pelo ONS, pagarão tanto pela geração quanto pelo consumo.